

CAROLINE DA SILVA

**DESAPROPRIAR PARA ASSENTAR: UM DIREITO E REFORMA AGRÁRIA NO
RIO GRANDE DO SUL (1960-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ironita Policarpo Machado.

Passo Fundo

2019

Às minhas primas Gabriela e Isabela (de sete meses),
para que elas saibam que nunca medirei esforços para
ajudá-las em seus estudos e na vida toda.

AGRADECIMENTOS

Agradecer seja talvez a parte mais difícil desta pesquisa. Difícil por não haver palavras suficientes que se aproximem do tanto de amor que tenho a todos aqueles que estiveram comigo do início ao fim de mais esse ciclo.

Primeiramente, sem dúvidas, agradecer àqueles que me deram o mundo. Um mundo de amor, educação, exemplos, encorajamentos, entre tantas outras coisas. A meus pais Adelirdes e Nelson, vocês são a forma de amor e cuidado feita pelo universo. Tudo que fiz, faço e farei sempre será por vocês e para vocês. À minha irmã Raquel e ao meu cunhado Edinan, por todo o apoio, ajuda e afeto sempre.

Ao meu namorado Áxsel, meu companheiro de profissão e de vida, obrigada pela compreensão, pelo auxílio e pela motivação diária. Sem esquecer de todos os lanches motivacionais de toda a semana. Amo você.

À minha orientadora Prô Ironita, por toda a luz, conhecimento e colo em todos os momentos. Nunca haverá palavras suficientes para descrever o carinho e amor que sinto por estares na minha vida. A profissional que hoje se torna deve muito a você, és inspiração de luta, coragem e inovação.

Aos meus amigos, vertentes das mais diferentes ondas de energia, obrigada por cada momento e experiências compartilhadas. Que o universo permita que vocês estejam comigo para sempre e que muitos sejam os trabalhos feitos juntos.

Meu agradecimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul e à Justiça Federal do Rio Grande do Sul, por toda a documentação compartilhada e por toda a troca de informações acerca dos processos.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, formado por excelentes professores, que foram ímpares durante este processo de formação. À Jenifer, por toda troca, amizade e ajuda. Você é luz.

Meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos que possibilitou a entrada no Mestrado. Que vocês sigam firme diante das intempéries da sociedade podendo ajudar muitos outros jovens sonhadores e competentes em suas formações.

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores. A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da Terra.

(Poema *A fala da terra* – Pedro Terra)

RESUMO

A questão agrária sul-rio-grandense envolvendo a desapropriação de terras por interesse social é um tema novo e necessário no meio acadêmico. Isso porque, a partir do estudo de fontes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é possível adentrar num mundo de litígios envolvendo a posse da terra. No estudo em questão, são 133 imóveis rurais que, por algum motivo, deixaram de cumprir com a função social. Imóveis localizados em 15 regiões do estado territorializadas diferentemente por seus agentes, que trouxeram técnicas e modos de produção diferentes. Na mesma medida que o território recebia esses sujeitos, outros tantos eram excluídos perante as novas dinâmicas de produção e formação de latifúndios. Para onde iam? Como sobreviviam? Quem os auxiliava? É da inquietação no campo que surgem não somente leis singelas, como também movimentos sociais que agem contra essa propriedade da terra restrita a alguns. Nesse sentido, esta pesquisa, que teve por estudo processos administrativos do Incra e processos judiciais da Justiça Federal do RS, busca não somente mapear o número de desapropriações no período de 1960 a 2009, como também elaborar cartograficamente a distribuição dessas desapropriações no estado e em qual região houve o maior número de desapropriações. Também, é necessário compreender a que moldes foi feita uma reforma agrária nesse período, se esta aconteceu conforme as exigências dos movimentos sociais rurais ou se foi da maneira como o estado achou que seria melhor. Entretanto, o caminho que uma desapropriação de terra leva é, por vezes, longo. Da denúncia do latifúndio improdutivo, da vistoria do imóvel, do decreto de desapropriação, para criar o assentamento, exige-se uma nova luta. Da criação de 133 assentamentos rurais que receberam determinado número de famílias a partir do tamanho da área da propriedade, é possível visualizar muitos assentamentos criados em áreas que não eram adequadas ao assentamento – informações estas presentes nos próprios laudos de vistoria do Incra.

Palavras-chave: Desapropriação. Função social. Assentamentos.

ABSTRACT

The agrarian question of South-Rio-Grandense involving the expropriation of lands by social interest is a new and necessary subject in the academic environment. Since, from the study of sources of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), we can enter a world of litigation involving land tenure. In the study in question are 133 rural properties that for some reason failed to fulfill the social function. Properties located in 15 regions of the state differentially territorialized by their agents, who brought different techniques and modes of production. As much as the territory was receiving these subjects, others were excluded from the new dynamics of production and formation of latifundia. Where were they going? How did they survive? Who helped them? It is from the restlessness in the countryside that arises not only simple laws but also social movements that act against this property of restricted land there are some. In this sense, this research, which studied INCRA's administrative processes and judicial processes, seeks not only to map the number of expropriations in the period from 1960 to 2009, but also to map the distribution of these expropriations in the state, and in which region or region there were the largest number of expropriations. Also, it is necessary to understand to what extent an agrarian reform was made in that period, whether it was according to the demands of rural social movements or whether it was the way the state thought it would be best. However, the path that land expropriation takes is sometimes long. From the denunciation of the unproductive landlord, the inspection of the property, the decree of expropriation to put an end to creating the settlement requires a new struggle. From the creation of 133 rural settlements that received a certain number of families from the size of the property area, it is possible to visualize that many settlements created in areas that were not suitable for the settlement (these information, present in the own reports of the INCRA survey)

Keywords: Disappropriation. Social function. Settlements.